

FOLHA DE S.PAULO



mercado

MERCADO ABERTO

Maria Cristina Frias

cristina.frias@grupofolha.com.br

Quase metade da conta de luz é pagamento de impostos

Quase metade (47,7%) do que se paga nas contas de luz são impostos, segundo um estudo do Instituto Acende Brasil executado pela PwC.

O levantamento considera tanto os pagamentos diretos, como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que vem discriminado nos boletos, como os tributos na geração e na transmissão de energia.

O patamar mudou de uma média abaixo de 40%, no começo dos anos 2000, para quase 50% no presente, segundo Claudio Sales, presidente do Acende Brasil.

"Houve alta do PIS/Cofins em um primeiro momento e, a partir de 2014, de cobranças setoriais, como Conta de Desenvolvimento Energético."

O tributo mais oneroso é o ICMS — no Rio, chega a 32%. Energia elétrica é um dos poucos itens nos quais a co-

brança do imposto incide sobre o consumo.

Alguns estados, principalmente aqueles que dão muitos incentivos para atrair empresas, buscam compensar a baixa arrecadação em outros setores com uma cobrança alta na conta de luz, afirma Sales.

Há uma possibilidade de diminuição, caso o governo de Jair Bolsonaro troque as taxas calculadas sobre o consumo por um único IVA (Imposto sobre valor agregado). A alteração tem o potencial de eliminar, ou ao menos diminuir, as diferenças de alíquotas entre estados e entre outros produtos, segundo Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal.

"Não há um único modelo de taxaço desse tipo, mas, na prática, é preciso ser um sistema simples, que, com uma só alíquota para todos, substituiria o ICMS e o PIS/Cofins."

Taxas de proteção da indústria nacional ficam mais homogêneas

As tarifas de importação que o Brasil impõe para proteger fabricantes locais têm a tendência de se tornarem homogêneas dentro de um mesmo setor, segundo pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A média das alíquotas mudou relativamente pouco ao longo do tempo estudado, mas está menos dispersa — o índice que mensura a distribuição, o desvio padrão, foi de 24, no começo dos anos 2000, para 5 no presente.

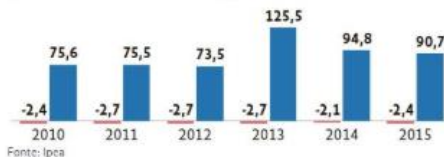
"Nosso perfil tarifário é estável desde os anos 1990, mas há mecanismos de alteração temporária de alíquotas que refletem o jogo político de setores econômicos", diz Ivan Oliveira, diretor da área internacional do Ipea.

Ao incluir no estudo as alíquotas que incidem também na cadeia produtiva, os valores das taxas aumentam. Automóveis, calçados e têxteis são os que têm as mais altas.

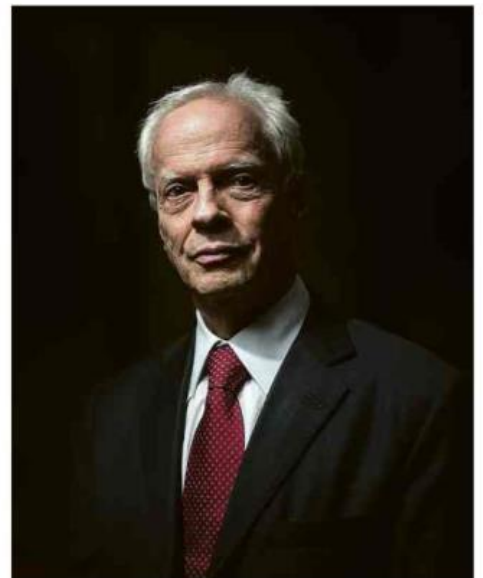
"Nota-se, em diferentes pesquisas, que a indústria é a mais protegida, particularmente a de transformação." A variação de um produto para outro é considerada grande pelos economistas — vai de 11% negativos (um desincentivo para o setor) até 212%.

Diferenças entre tarifas chega a quase 130 pontos percentuais

- Refino de petróleo e coquerias
- Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças



Carga estadual é a maior



Claudio Sales, presidente do Acende Brasil
Gustavo Epifanio - 22.jan.15/Folhapress